



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0011825-38.2013.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito**
 Requerente: **José Agnaldo Zago**
 Requerido: **Antonio Carlos Pratavieira e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação que tem origem em acidente de trânsito.

Acolho a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam arguida pelo réu **ANTONIO CARLOS PRATAVIEIRA**.

Com efeito, o documento de fl. 41v. demonstra que ele havia vendido o veículo envolvido na colisão ao corréu **JAIRO BELCHIOR DE OLIVEIRA** em 09 de outubro de 2012, ou seja, meses antes do evento trazido à colação e que ocorreu em 16 de junho de 2013.

Ele, portanto, não ostenta legitimidade para figurar no polo passivo da relação processual, de sorte que a prejudicial prospera.

No mais, a ação procede.

O réu **JAIRO BELCHIOR** foi regularmente citado a fl. 20v., com as advertências de praxe, e não compareceu à audiência realizada a fl. 24, razão pela qual foi decretada sua revelia (fl. 25).

Bem por isso, a manifestação apresentada a fl. 42 não pode ser apreciada, ocorrendo a preclusão para que tal sucedesse.

Dessa forma, tomados como verdadeiros os fatos articulados pelo autor e inexistindo um só elemento concreto que suscitasse dúvida a seu propósito, o acolhimento da pretensão deduzida impõe-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Isto posto, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito, com fundamento no art. 267, inc. VI, do Código de Processo Civil, relativamente ao réu **ANTONIO CARLOS PRATAVIEIRA** e no mais **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu **JAIRO BELCHIOR DE OLIVEIRA** a pagar ao autor a quantia de R\$ 9.900,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e de juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 27 de dezembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA